

A CONTRIBUIÇÃO HISTÓRICA DO GTT 6 PARA A PRODUÇÃO E SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

Maria da Conceição dos Santos Costa
Universidade Federal do Pará

Cássia Hack
Universidade Federal do Amapá

Márcia Morschbacher
Universidade Federal de Santa Maria

Introdução

Este texto apresenta reflexões sobre a contribuição histórica do Grupo de Trabalho Temático (GTT) Formação Profissional e Mundo do Trabalho para a produção e socialização do conhecimento para a classe trabalhadora no campo da Educação Física e Ciências do Esporte no âmbito do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE).

O referido GTT vem ao longo de sua organização, com a criação em 1997 (SOARES, 2020), mobilizando pesquisadores e pesquisadoras, professores e professoras, estudantes em torno da produção do conhecimento e sua socialização, bem como organização de eventos científicos acerca do campo da formação profissional e mundo do trabalho, emergindo questões atualizadas, que regulam e impactam o campo do trabalho docente em Educação Física, quer seja escolar ou não escolar, tais como Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Programa Residência Pedagógica (PRP), Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), Regulamentação da Profissão em Educação Física, Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Física (DCNs-EF), dentre outros temas necessários e urgentes que impactam a vida de trabalhadores e trabalhadoras da Educação Física no Brasil.

Em sua trajetória histórica, Nozaki (2020, p. 81) salienta que, desde a criação do GTT, os temas emergentes confluentes de diversas subáreas foram: “[...] currículo, a didática, o trabalho docente, o trabalho pedagógico, processos de ensino e aprendizagem, a regulamentação da profissão, entre outros”. Temas estes que contribuem para a consolidação do GTT como polo aglutinador de discussão, reflexão, produção e socialização do conhecimento para a comunidade acadêmica da Educação Física e Ciências do Esporte no país.

Conforme Nozaki (2020, p. 87), o GTT em sua criação

[...] teve que conviver com a disputa de espaço pelos setores conservadores/corporativistas que defendiam o bacharelado e a regulamentação da profissão. Tão logo o sistema CONFEF/CREFs se consolidou como uma das principais forças da educação física brasileira, estes setores abandonaram a disputa no CBCE [...].

De acordo com Soares (2020, p. 7-8), ao longo de 20 anos de GTT, há uma atenção para “[...] o ordenamento legal e para a habilitação profissional permanente e aguçada de argumentações científico-legais, as quais munem toda a comunidade nesse campo da formação profissional e mundo do trabalho [...]”. Destaca, também, que o “acúmulo de produção também revela a preocupação com as competências para o trabalho nos diferentes campos de atuação profissional e a formação inicial [...]”.

A seguir, apresentamos alguns aspectos históricos e a organização do GTT; e a reafirmação da luta em defesa da formação integrada-unificada em Educação Física no Brasil, com base nos fundamentos do materialismo histórico-dialético.

Um pouco do histórico e da organização do GTT

O reconhecimento de uma área de conhecimento científico demanda extrair as problemáticas relacionadas às necessidades e às motivações humanas, identificadas por meio da problematização do problema (SAVIANI, 2009), os problemas investigativos, as questões de pesquisa, as teorias explicativas, bem como os pesquisadores e pesquisadoras, os grupos de pesquisa, as instituições, o financiamento, os eventos acadêmico-científicos, os periódicos, as entidades e comunidades científicas, os campos de intervenção social e profissional, etc. (TAFFAREL, 2019). Tendo em conta esses aspectos, é que a Educação Física e as Ciências do Esporte se constituem em áreas de conhecimento, bem como campos de formação e atuação profissional, e justificam a criação e existência do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.

A Educação Física e as Ciências do Esporte estão determinadas historicamente pelo modo de produção capitalista, que possui em seu interior a permanente luta de classes e o embate entre ideias e projetos da classe capitalista e da classe trabalhadora, tendo em conta que seus interesses são antagônicos (TAFFAREL, 2019). Mais especificamente na etapa imperialista de desenvolvimento do capitalismo (ARRIZABALO MONTORO, 2014), o papel de uma entidade científica, de acordo com Taffarel (2019), é o de defender e fundamentar as suas ações na defesa do direito de todos e todas em acessar o patrimônio cultural da humanidade nas suas formas mais elaboradas (no caso da Educação Física, a Cultura Corporal), produzir e apropriar-se do

conhecimento científico, acessar uma formação inicial e continuada consistente bem como políticas públicas e direitos sociais, e ter trabalho e condições de vida dignos.

Consideramos que é nesse contexto e diante desses desafios que o CBCE foi criado em 1978, no período da ditadura civil-militar (TAFFAREL, 2019), e, atualmente, organiza-se e atua por meio de Secretarias Estaduais e Grupos de Trabalho Temáticos, articulados pela Direção Nacional da entidade. Tal organização visa articular, localmente e por grandes temáticas de investigação e de intervenção, os pesquisadores e as pesquisadoras, os professores, as professoras e os estudantes da área da Educação Física.

Em sua criação em 1997, o GTT era denominado Educação Física/Esporte e Formação Profissional/Campo de Trabalho (NOZAKI, 2020) e, em 2001, no XII Conbrace (Caxambu/MG), foram definidos os seus eixos temáticos: “a) políticas públicas de formação em Educação Física; b) Trabalho/ Educação/Educação Física; c) Produção de conhecimento; d) Currículo e prática pedagógica; e) Formação do professor e profissionalização docente” (NOZAKI, 2020, p. 84). A ementa do GTT, definida antes do XII Conbrace, permanece a mesma atualmente: “Estudos acerca dos distintos aspectos do processo profissional concernente à área de conhecimento Educação Física. Estudos sobre a relação da formação e a inserção do profissional desta área de conhecimento no mundo do trabalho”⁴⁷.

Quanto à mudança de nome do GTT, Nozaki (2020) destaca que o debate ocorreu no XII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (Conbrace) (2001) e no XIII Conbrace (2003), ambos realizados em Caxambu/Minas Gerais. O autor evidencia que três posições epistemológicas e políticas em relação à formação profissional e ao trabalho docente foram identificadas nesse debate:

A primeira delas defendia o nome ‘formação de profissionais e intervenção profissional’, caracterizada por uma visão sistêmica de sociedade e fracionada de intervenção entre a escola e fora dela e, conseqüentemente, a fragmentação da formação entre licenciatura e bacharelado. A segunda posição defendia o nome ‘formação profissional e campos de trabalho’ calcada em uma percepção fenomênica de sociedade, baseada em elementos supraestruturais, tais como o cotidiano, a cultura, o gênero, a memória e o corpo. E, a última posição, com base no marxismo, que reivindicava o nome ‘formação profissional e mundo do trabalho’, considerava como eixo o trabalho pedagógico – práxis social – na formação, produção do conhecimento e nas políticas públicas (TAFFAREL, 2003a). (NOZAKI, 2020, p. 86-87).

A mudança na denominação mostrava-se estratégica para tomar posição no interior da disputa de projetos de formação humana, de ciência e de sociedade. Portanto, o GTT passou a ser

⁴⁷Disponível em <https://cbce.org.br/gtt/gtt06-formacaoprofessionalemundodotrabalho>

denominado “Formação Profissional e Mundo do Trabalho” – o que se formalizou no XV Conbrace, realizado em 2007, em Recife/PE (NOZAKI, 2020).

Registramos, ainda, o importante papel do GTT Formação Profissional e Mundo do Trabalho no debate e resistência às novas DCNs-EF no início dos anos 2000 (processo que resulta na Resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior (CNE/CES) nº 07/2004, recentemente revogada pela Resolução CNE/CES nº 06/2018) e na defesa e articulação de iniciativas visando fortalecer a proposta da Licenciatura Ampliada⁴⁸ para a formação de professores e professoras de Educação Física (MORSCHBACHER, 2022).

Constam no histórico do GTT na página virtual do CBCE⁴⁹ os seguintes relatórios: Relatório parcial do GTT Formação Profissional e Mundo do Trabalho 2011-2013; Relatório do GTT Formação Profissional e Mundo do Trabalho 2013-2015; Relatório do GTT Formação Profissional e Mundo do Trabalho 2015-2017; Plano de ação do GTT 6 para a gestão 2017-2019; Relatório de atividades do GTT Formação profissional e Mundo do Trabalho - Biênio 2017-2019.

Esses relatórios expõem o trabalho desenvolvido ao longo dos anos, tais como participação nas atividades formativas na Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) sobre o tema da formação profissional em Educação Física no Brasil; atuação dos membros do comitê científico do GTT nos eventos regionais do CBCE; produção de livros organizados pelo GTT; participação no Fórum das Licenciaturas com Formação Ampliada (FORLIA); acompanhamento do debate das Diretrizes Curriculares para a formação em Educação Física no Conselho Nacional de Educação; consolidação de ações entre o GTT e as Secretarias Estaduais na realização de evento e mobilização de novos associados e novas associadas, dentre outras atividades internas e externas do GTT.

Registramos nominal e institucionalmente a relação das Coordenações e Coordenações Adjuntas do GTT⁵⁰ que tivemos nas gestões dos anos de 2001 a 2003 – Celi Nelza Zulke Taffarel (Universidade Federal da Bahia - UFBA); 2003 a 2005 – Zenólia Cristina Campos Figueiredo (Universidade Federal do Espírito Santo - UFES); 2005 a 2007 – Claudio Lira Santos Júnior

⁴⁸ Conforme Taffarel e Santos Júnior (2010), a Licenciatura Ampliada consiste na proposta de formação de professores e professoras de Educação Física para atuar nos diversos campos de trabalho (educacional, saúde, lazer e esporte) em um curso único, compreendendo-se que “onde quer que atuemos (escolas, acadêmicas clubes, praças, etc.) o que nos unifica e nos dá identidade é o trabalho docente” (TAFFAREL; SANTOS JÚNIOR, 2010, p. 34-35). Trata-se, portanto, de assegurar uma consistente base teórica na formação dos professores e professoras de Educação Física que lhes permita contextualizar sua intervenção e desenvolver o trato com o conhecimento conforme a especificidade e as necessidades do campo de trabalho e dos sujeitos que acessam os conteúdos da cultura corporal (TAFFAREL; SANTOS JÚNIOR, 2010). Taffarel (2012, p. 110) destaca que a Licenciatura Ampliada coloca, ainda, a necessidade de um currículo “currículo com uma orientação epistemológica com base na teoria crítica, de referência marxista; currículo com delimitação de um objeto preciso de estudo –a cultura corporal”.

⁴⁹ Disponível em cbce.org.br/gtt/gtt06-formacaoprofessionalemundodotrabalho.

⁵⁰ Esta informação foi colhida na aba do GTT na página do CBCE. Disponível em cbce.org.br/gtt/gtt06-formacaoprofessionalemundodotrabalho.

(UFBA); 2007 a 2009 – Marta Genú Soares (Universidade do Estado do Pará - UEPA); 2009 a 2011 – Roseli Terezinha Selicani Teixeira (Universidade Estadual de Maringá - UEM); 2011 a 2013 – Paulo Roberto Veloso Ventura (Universidade do Estado de Goiás - UEG/Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC-GO); 2013 a 2015 – Paulo Roberto Veloso Ventura (UEG/PUC-GO); 2015 a 2017 – Marta Genú Soares (UEPA); 2017 a 2019 – Marta Genú Soares (UEPA); 2019 a 2021 – Márcia Morschbacher (Universidade Federal de Santa Maria - UFSM), Coordenador Adjunto: José Henrique dos Santos (UFRRJ); 2021 a 2023 - Márcia Morschbacher (UFSM) e Coordenador Adjunto Tiago Nicola Lavoura (Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC).

Para além da produção do GTT nas diferentes edições dos Conbrace's e Congressos Internacionais de Ciências do Esporte (Conice's), na Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE) e Cadernos de Formação RBCE em 2005, o GTT publicou o livro *Formação Profissional em Educação Física e Mundo do Trabalho*, uma coletânea de 11 textos organizada pela professora Zenólia Christina Campos Figueiredo, desenvolvendo o debate acerca do mundo do trabalho, a formação inicial e permanente, conselhos profissionais, limites da formação, exercício profissional, diretrizes curriculares, estágio supervisionado, produção científica no âmbito da formação de professores e professoras de Educação Física.

Em 2013, um trabalho advindo do GTT recebeu o Prêmio Literatura do CBCE intitulado “O Trabalho Docente na formação inicial em Educação Física: reflexões epistemológicas ...” de autoria do Professor Ricardo Rezer. Em 2020, a coleção Ciências do Esporte, Educação Física e Produção do Conhecimento em 40 ano do CBCE – volume 4 – Formação Profissional e Mundo do Trabalho, organizado por Marta Genú Soares, Pedro Athayde, Larissa Lara (2020) integrou um conjunto de textos de diversos(as) pesquisadores(as) do Brasil em torno da temática que se consolida o GTT.

O GTT se organiza com a gestão de uma Coordenação e Coordenação Adjunta, um Comitê Científico com dois representantes por região geográfica do Brasil. Em algumas gestões, esteve/está também organizado um Comitê Ampliado que contribuiu significativamente para o desenvolvimento dos trabalhos no âmbito do GTT.

Consideramos que o GTT Formação Profissional e Mundo do Trabalho tem sido fundamental desde sua criação até a atualidade na constituição/fortalecimento de um espaço educativo-político para a formação de estudantes, professores, professoras, pesquisadores, pesquisadoras interessados e interessadas sobre a agenda da formação e do trabalho situado historicamente numa sociedade de classes, a qual resistimos. Todos e todas que o integram são valorosos companheiros e valorosas companheiras que pesquisam, produzem, militam e socializam

os conhecimentos em torno daqueles campos, que são essenciais para a problematização e a construção de novos tempos, espaços e condições superadoras e transformadoras para a classe trabalhadora na atual sociedade.

O GTT Formação Profissional e Mundo do Trabalho: necessário para as lutas em defesa da formação integrada-unificada em Educação Física

Aqui, lançamos algumas reflexões e problematizações sobre a relevância do GTT Formação Profissional e Mundo do Trabalho para a defesa da formação integrada-unificada em Educação Física, frente às atuais Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de nossa área.

Considerando o período compreendido entre apresentação da minuta de DCN em 2015 pelo Conselho Nacional de Educação até a publicação da Resolução CNE/CES nº 06/2018, o GTT Formação Profissional e Mundo do Trabalho reafirmou sua posição construída coletivamente em torno da defesa da formação unificada/licenciatura ampliada. Nesse processo, destacam-se: a) a participação de representantes do GTT na audiência pública do CNE em Brasília/Distrito Federal em dezembro de 2015; b) a resposta do GTT à demanda da Direção Nacional do CBCE aos GTT no primeiro semestre de 2016 para debater internamente e elaborar posicionamento sobre as alterações das DCNs (minuta de DCN apresentada pelo CNE em 2015); c) o envio de ofício ao professor Luiz Roberto Liza Curi, membro da CES do CNE, com contribuições do GTT para a reformulação das DCNs-EF (em fevereiro de 2017).

Compreendemos que a Resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior (CNE/CES) nº 06/2018 e Parecer do CNE exarado pelo Conselho Pleno (CP), Parecer nº 584/2018, e toda regulação que advir dessa resolução, representam a “mão” contínua do Sistema estabelecido pelo Conselho Federal de Educação Física/Conselho Regional de Educação Física (CONFEF/CREFs) interferindo nas políticas educacionais formativas para o campo da Educação Física sob a lógica do mercado, que abarca sujeitos históricos que integram a classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2005).

Para Silva; Furtado (2022, p. 07)

[...] as DCNs/EF também se constituem como expressão das lutas sociais em torno da formação na área. Tal luta envolve um conjunto de sujeitos individuais

e, sobretudo, coletivos disputando concretamente o conteúdo, formas e finalidades de formação da força de trabalho na área da educação física e esportes.

E são, também, as DCNs constituídas por determinações, que envolvem o campo da Educação Física e Ciências do Esporte, bem como outras que extrapolam esses campos, situadas historicamente no atual modo de produção capitalista, que prima pelo lucro, pela exploração da classe trabalhadora, pela negação dos direitos historicamente conquistados por esta (SILVA; FURTADO, 2022).

Costa; Hack; Luz (2021) destacam que, desde a regulamentação da profissão, promulgada na Lei nº 9.696/1998, que instituiu o Sistema CONFEF/CREF, este tem atuado como um dos grandes representantes do capital em nossa área de atuação, “e contribuído, em larga escala, para o acirramento entre licenciados e bacharéis, no que diz respeito a precarização da formação” e disputa entre estes sujeitos (COSTA; HACK; LUZ, 2021, p. 8). Essas autoras apontam, também, que há um falseamento da realidade sobre o campo de trabalho de professores e professoras em Educação Física, na intenção de ajustá-los ao atendimento das necessidades do mercado; os caminhos formativos e a própria compreensão política-crítica-emancipadora daqueles(as) sujeitos sobre os desafios do mundo do trabalho, quanto aos embates históricos entre licenciatura e bacharelado.

As autoras acima destacam que há no projeto formativo neoliberal expresso nas atuais DCNs-EF uma arquitetura de conformação docente pelos seguintes elementos:

1) no Art. 3º a concepção de objeto de estudo da Educação Física apresentado como “[...] motricidade ou movimento humano, a cultura do movimento corporal [...]” (BRASIL, 2018, p. 1);

2) no Art. 5º o consentimento de conciliação entre licenciatura e bacharelado com “[...] o ingresso único, destinado tanto ao bacharelado quanto à licenciatura, e desdobrar-se-á em duas etapas [...]”, sendo a etapa comum – núcleo de estudos da formação geral com 1.600 horas para ambas formações e etapa específica – formação específica com 1.600 horas, com conhecimentos específicos das escolhas em bacharelado ou licenciatura, sendo esta realizada no 4º semestre do curso (BRASIL, 2018);

3) no Art. 11 § 1º o estágio supervisionado assentado em bases pragmáticas, utilitaristas, mecanicistas, correspondendo a “[...] 20% das horas referenciais adotadas pelo conjunto do curso de Educação Física ao aprendizado em ambiente de prática real [...]” (BRASIL, p. 3) (COSTA; HACK; LUZ, 2021).

Uma síntese que representa a concepção formativa – o currículo em Educação Física – assentada nas atuais DCNs-EF é a análise de Silva; Furtado (2022, p. 12), que destacam sobre o “consenso possível” entre diferentes setores da área da Educação Física e a inserção de “[...] temas,

conceitos e ideias do campo mais progressista, sem, no entanto, recuar naquilo que é central para as exigências do capital: o currículo por competências e a formação flexível”.

Um currículo baseado nos princípios da flexibilidade e das competências, constituindo o recuo da teoria, esclarece de modo significativo sobre qual o tipo de formação e de sujeitos almejados. O fundamento da formação por competências está assentado na subordinação da educação à estrutura e lógica econômica, próprios ao projeto de modernização conservadora da aliança consensual da nova direita. A formação é baseada em uma perspectiva pragmática e orientada para resolução de problemas, com um claro rebaixamento intelectual, moral e corporal (cultural) dos estudantes, deflagrando um desmonte na própria ideia de universidade. Almeja-se uma formação que se adapte constantemente às mudanças do mercado de trabalho, em vez de uma formação consolidada na apropriação dos conhecimentos sistematizados mais avançados no plano da ciência, da cultura e da sociabilidade (SILVA; FURTADO, 2022, p. 12).

Contraditoriamente a esse cenário, há um conjunto de diferentes setores progressistas do campo da Educação Física, em destaque: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte; Grupos de Estudos e Pesquisas do Brasil, Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope), Executiva Nacional dos Estudantes de Educação Física (ExNEEF), Movimento Nacional Contra a Regulamentação da Profissão da Educação Física (MNCR), Comitê Nacional Contra as Atuais Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Física vêm se movimentando, construindo resistências, pontes de diálogos, reflexões e problematizações em torno do caráter instrumental, fragmentado e conservador das DCNs-EF (SILVA; FURTADO, 2022).

Com todos os ataques sofridos nos últimos anos, sejam eles relacionados às condições de trabalho, destituição de direitos duramente conquistados, retrocessos no campo legislativo, usurpação dos espaços públicos democráticos no âmbito da formulação das políticas públicas, a exemplo do Conselho Nacional de Educação, enfim com o franco processo de regressão político-social, encaminhando-se para a desumanização da classe trabalhadora, é mister que o GTT reafirme sua posição na luta de classes.

Nesse sentido, permanecem atuais e relevantes duas demandas cujo enfrentamento é tarefa coletiva de todos e todas que constroem o GTT: ampliar e aprofundar o atual debate sobre as atuais DCNs-EF, considerando os marcos teóricos e as bases pedagógicas desses documentos legais; os interesses que visam atender na disputa de projetos de formação humana e de sociedade, bem como ampliar e aprofundar investigações e debates sobre a proposta de formação integrada-unificada e/ou Licenciatura Ampliada, reafirmando-a como proposição superadora no interior da formação de professores e professoras de Educação Física e instrumento de resistência (MORSCHBACHER, 2022).

Considerações Finais

Assim, referenciamos que o GTT em tela continue aprofundando o compromisso com o estudo da realidade concreta em toda amplitude de suas determinações, para estabelecer os nexos e relações possíveis para contribuir com a defesa da formação integrada-unificada no campo da Educação Física e a sólida formação que permita uma atuação competente nos seus diferentes campos de trabalho; e fortaleça o combate ao discurso neoliberal do conselho profissional, que insiste em dar o tom rebaixado da formação inicial, ferindo o seu próprio papel como conselho, e atingindo a universidade em sua autonomia.

Que o GTT intensifique a apropriação de variadas estratégias para qualificar sua atuação em uma temática de tal relevância no campo da Educação Física e Ciências do Esporte como a ampliação do Comitê Científico, a produção de outros livros no formato de coletânea, pautar a ampliação de pesquisas sobre o mundo do trabalho em geral e, em específico, o trabalho dos professores e das professoras de Educação Física nos diversos campos de intervenção, considerando a tendência à desregulamentação e à precarização do trabalho, sobre os impactos das atuais DCNs-EF sobre os cursos de graduação em Educação Física, sobre as bases pedagógicas hegemônicas da formação de professores e professoras de Educação Física (as pedagogias do aprender a aprender) e sobre a formação integrada-unificada e/ou Licenciatura Ampliada.

Referências

- ANTUNES, R. *Adens ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 2005.
- ARRIZABALO MONTORO, X. *Capitalismo y economía mundial: bases teóricas y análisis empírico para la comprensión de los problemas económicos del siglo XXI*. Madrid: Instituto Marxista de Economía, 2014.
- COSTA, M. da C. dos S.; HACK, C.; LUZ, S. F. As novas Diretrizes Curriculares Nacionais em Educação Física: ataques ao trabalho e a formação dos trabalhadores e das trabalhadoras da Educação Física. *Revista Fluminense de Educação Física*. Novas DCNs da Educação Física: perspectivas de unidade da formação ou avanço da fragmentação? Niterói, v.2, n.2, p. 1-16, dez. 2021. Disponível em <https://periodicos.uff.br/edfisica-fluminense/article/view/51709>. Acesso em: 5 out. 2022.
- MORSCHBACHER, M. O Grupo de Trabalho Formação Profissional e Mundo do Trabalho do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte: síntese das tarefas e desafios. *In.: I CONGRESSO CBCE REGIÃO SUDESTE, 7., 2022, São Paulo. Anais [...] São Paulo: CBCE, 2022. p. 77-91.*

NOZAKI, H. T. O GTT Formação Profissional e Mundo do Trabalho do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte: de sua criação à Carta de Vitória. *In.*: SOARES, M. G., ATHAYDE, P. , LARA, L. (Orgs.). *Formação profissional e mundo do trabalho*. Natal, RN: EDUFRN, 2020. p. 79-95.

SAVIANI, D. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. 18ª ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

SILVA, H. L. F. da; FURTADO, R. P. Reação conservadora neoliberal e políticas curriculares: as novas diretrizes curriculares nacionais da educação física. *Currículo sem Fronteiras*, v. 22, p. 1-18, 2022. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org/vol22articles/2150-silva-furtado.pdf. Acesso em: 10 mai. 2023

SOARES, M. G. Apresentação. *In.*: SOARES, M. G., ATHAYDE, P. , LARA, L. (Orgs.). *Formação profissional e mundo do trabalho*. Natal, RN: EDUFRN, 2020. p. 7-11.

SOARES, M. G., ATHAYDE, P. , LARA, L. (Orgs.). *Formação profissional e mundo do trabalho*. Natal, RN: EDUFRN, 2020.

TAFFAREL, C. N. Z. Formação de Professores de Educação Física: diretrizes para a formação unificada. *Kinesis*, Santa Maria, v. 30, n. 1, p. 95-133, 2012.

TAFFAREL, C. N. Z. Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte: 40 anos de desafios e o fardo do tempo histórico. *In.*: LARA, L. *et al.* (Orgs.). *Ciências do esporte, educação física e produção do conhecimento em 40 anos de CBCE*. Ijuí: Ed. Unijuí, v. 1, p. 27-49, 2019.

TAFFAREL, C. N. Z.; SANTOS JÚNIOR, C. de L. Formação humana e formação de professores de educação física: para além da falsa dicotomia licenciatura X bacharelado. *In.*: TERRA, D. V.; SOUZA JÚNIOR, M. (Orgs.) *Formação em educação física & ciências do esporte: políticas e cotidiano*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Goiânia: CBCE, 2010. p. 13-48.